



I - DESENVOLVIMENTO COM EXPANSÃO
DO EMPREGO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA



I – DESENVOLVIMENTO COM EXPANSÃO DO EMPREGO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

No ano de 2013, a economia brasileira apresentou recuperação frente a 2012. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) acumulado em quatro trimestres passou de 1% em 2012 para 2,3% no terceiro trimestre de 2013. Merece ser destacado o comportamento dos investimentos, que voltaram a liderar o crescimento do PIB. No acumulado do ano, até o terceiro trimestre, a formação bruta de capital fixo na economia cresceu 6,5%.

A ampliação dos investimentos públicos e privados melhora as condições de crescimento equilibrado de longo prazo. O Programa de Investimentos em Logística (PIL), com concessões em aeroportos, rodovias, ferrovias, portos e energia, alinha-se à estratégia do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) como peça fundamental para a superação de gargalos, aumento da produtividade e competitividade da economia. Dado seu efeito multiplicador e gerador de externalidades positivas, os investimentos em infraestrutura acabam por promover, ainda mais, os investimentos privados em setores estratégicos e dinâmicos.

A aceleração do crescimento em 2013 frente a 2012 reflete, em boa parte, um conjunto de ações de política econômica anticíclicas oportunamente adotadas para enfrentar os efeitos adversos da crise internacional e as incertezas relacionadas à condução da política monetária nos Estados Unidos. O mercado de trabalho continuou robusto, com crescimento do rendimento real e queda consistente das taxas de desemprego.

Essa situação contrasta com o quadro apresentado em muitas economias avançadas, que ainda enfrentam elevadas taxas de desemprego, principalmente entre os mais jovens.

As previsões para o crescimento da economia mundial em 2013 foram revisadas para baixo ao longo do ano. Em janeiro de 2013, o Fundo Monetário Internacional (FMI) previa crescimento de 3,5% para o exercício, mas essa previsão chegou a 3% em janeiro de 2014, um pouco abaixo do crescimento verificado em 2012, de 3,1%. Para 2014, as perspectivas para o crescimento mundial são mais favoráveis.

Os Estados Unidos estão apresentando sinais de recuperação econômica. No final de 2013, com a melhora nas condições do mercado de trabalho e a expansão da atividade econômica em curso, o *Federal Reserve (FED)* anunciou uma pequena redução no volume das compras de títulos que procuram alavancar a economia, embora sinalizando um período ainda prolongado para a manutenção das baixas taxas de juros.

Na Europa, sobressai-se o bom desempenho da economia do Reino Unido, que tem revelado taxas relativamente significativas de crescimento. O PIB da Área do Euro tem mostrado sinais positivos na margem. Embora moderado, o crescimento do PIB nos segundo e terceiro trimestres de 2013, na comparação com o trimestre imediatamente anterior, interrompeu uma sequência de seis trimestres em queda. Por outro lado, o mercado de trabalho permanece ainda com altas taxas de desemprego em diversos países. Em novembro de 2013, a taxa de desemprego na região era de 12,1%, com as maiores taxas sendo verificadas na Espanha (26,7%) e na Grécia (27,8% em outubro de 2013).

O Japão estabeleceu um programa de compras de títulos sem precedentes em abril de 2013 para estimular a economia. Houve elevação da inflação e, em dezembro de 2013, a cotação do iene em relação ao dólar retornou ao patamar observado no final de 2008.





A China terminou 2013 com um crescimento do PIB de 7,7%, mesmo valor do crescimento de 2012. O país tenta implementar um programa de reformas econômicas para diminuir a dependência das exportações e solucionar problemas relativos ao crédito bancário, que se deteriorou desde a crise de 2008.

Na América Latina, várias economias apresentaram desempenho econômico em 2013 inferior ao de 2012.

Entre maio e dezembro de 2013, a perspectiva de redução de estímulos monetários, desencadeada com a mudança no discurso do *FED*, o Banco Central dos Estados Unidos, levou a mudanças importantes de preços relativos de ativos e gerou estresse e volatilidade nos mercados financeiros e cambiais mundo afora. As taxas de juros mais longas dos títulos do tesouro norte-americano se elevaram e as moedas das economias emergentes se depreciaram, impulsionadas ainda pelo crescimento dos prêmios de risco das dívidas soberanas.

No caso do Brasil, foram adotadas medidas de política econômica que contribuíram, de forma decisiva, para reduzir a volatilidade excessiva da taxa de câmbio e mitigar as incertezas geradas nesse novo contexto da economia mundial. No início de junho, a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre o investimento estrangeiro em renda fixa foi reduzida de 6% para 0%. O IOF sobre a ampliação das posições líquidas vendidas no mercado futuro de dólar também foi zerado. O Banco Central do Brasil (BCB) implementou, em agosto, programa de leilões diários de *swap* cambial e venda semanal de dólares com compromisso de recompra de forma a prover proteção cambial aos agentes econômicos e liquidez no mercado de câmbio. O sucesso dessas medidas foi inequívoco. Com efeito, os ingressos líquidos de investimento estrangeiro na renda fixa atingiram níveis significativos, a volatilidade cambial diminuiu e reduziram-se as incertezas que haviam aumentado com o novo contexto internacional. Nesse sentido, o início da redução gradual dos estímulos monetários nos Estados Unidos, em janeiro de 2014, ocorreu sem maiores sobressaltos nos mercados financeiros domésticos.

Os fundamentos macroeconômicos do País têm permitido enfrentar a crise global e seus desdobramentos recentes. O tripé da política econômica – com base em metas para a inflação, câmbio flutuante e responsabilidade fiscal – somado ao elevado nível de reservas internacionais, à dívida pública líquida cadente, ao sistema financeiro doméstico sólido e ao mercado de trabalho robusto compõem o quadro de solidez econômica.

Com isso, a economia brasileira alcançou taxas de crescimento em 2013 superiores às registradas em 2012, e a perspectiva é de continuidade da aceleração da atividade econômica ao longo de 2014.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) terminou 2013 com variação de 5,91%, representando o décimo ano consecutivo de cumprimento das metas de inflação estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). A inflação em 2013 foi afetada por choques domésticos de oferta, destacando-se o substancial aumento no preço dos produtos *in natura* em função do regime atípico das chuvas, especialmente no início do ano. No acumulado do ano, o item Alimentação e bebidas respondeu por 34% do índice global, 2,03 pontos percentuais (p.p.). Nesse contexto, o Banco Central empreendeu ciclo de aperto monetário, elevando a taxa de juros Selic de 7,25% a.a. em abril de 2013 para 10,50% a.a. em janeiro de 2014.

O mercado de crédito brasileiro continuou apresentando desempenho pujante, atingindo, em novembro de 2013, o expressivo volume de R\$ 2,64 trilhões, um crescimento de 14,5% no acumulado de 12 meses. Como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), alcançou a marca de 55,6%, ante 52,9% em novembro de 2012. Esse desempenho demonstra a robustez do mercado doméstico e a maior acessibilidade da população ao crédito. Destaca-se ainda, nesse período, o forte crescimento de 34,2% no financiamento habitacional para pessoas físicas. Nesse sentido, a firme atuação dos bancos públicos tem sido fundamental para manter a expansão creditícia, atingindo a marca de 50,8% do crédito total do Sistema Financeiro Nacional.





Adicionalmente, a taxa de inadimplência média das operações de crédito no sistema financeiro, de 3,1% em novembro de 2013, é a menor da série histórica iniciada em março de 2011, demonstrando a robustez da situação financeira das famílias e empresas. No mesmo sentido, os *spreads* bancários em 2013 atingiram os níveis mais baixos da série, alcançando valor médio de 11,5 p.p. entre janeiro e novembro de 2013, frente a 13,7 p.p. no mesmo período de 2012.

A economia brasileira convive com custos financeiros mais apropriados, que geram efeitos positivos para o desenvolvimento dos mercados de capitais de longo prazo, como debêntures, ações e outros ativos ligados ao investimento produtivo. Em 2013, as emissões de debêntures incentivadas atingiram R\$ 6,1 bilhões, promovendo o financiamento privado de mais longo prazo em diversos setores da economia.

Outra medida importante, visando aprimorar o mercado de crédito e tornar as transações juridicamente mais seguras, foi a aplicação do conceito de “valor incontroverso” em ações jurídicas resultantes de questionamentos de taxas de juros pactuadas em contratos de financiamento.

No mercado de crédito imobiliário, foi ampliado o valor máximo de avaliação de imóvel financiado no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e foram estabelecidos limites máximos de financiamento do imóvel de forma que o desenvolvimento do mercado de crédito imobiliário continue se dando em bases sustentáveis. O Governo também tem trabalhado para que seja aprovado projeto que permita a concentração, em sistema eletrônico único, de todas as informações sobre ônus das matrículas de imóveis. Essa proposta objetiva prover segurança jurídica e celeridade para as transações, com resultados positivos para a qualidade das operações de crédito imobiliário.

O desenvolvimento do mercado de crédito ganhou novo reforço institucional com a entrada em operação, em 2013, do cadastro positivo, instrumento fundamental para reduzir a assimetria de informações, ampliar o acesso ao crédito e reduzir as taxas de juros.

No mercado de seguros, destaca-se a criação da Agência Brasileira de Fundos Garantidores e Garantias S/A (ABGF), que tem como objetivo principal administrar fundos garantidores, tais como o Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) e o Fundo Garantidor de Operações de Comércio Exterior (FGCE), bem como prestar garantias às operações de riscos diluídas em áreas de grande interesse econômico e social, tais como crédito habitacional, educativo, para aquisição de máquinas agrícolas e para micro, pequenas e médias empresas.

Esse novo ambiente torna o investimento relativamente mais vantajoso, favorecendo a produção e ampliando as potencialidades da economia brasileira. Nesse sentido, o Governo tem ampliado o investimento público e tomado outras importantes medidas de estímulo ao investimento privado.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) continua sendo instrumento essencial para garantir que o investimento se mantenha como uma das principais forças impulsionadoras do desenvolvimento. Transcorridos dois terços do tempo estimado para a segunda fase do Programa, de janeiro de 2011 a 31 de agosto de 2013 a execução orçamentária foi de R\$ 665 bilhões, representando 67,2% do orçamento total previsto para todo o horizonte do PAC 2. De janeiro a agosto de 2013, a execução foi 20% superior ao mesmo período de 2012.

A prorrogação para 2014 do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), operado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e adaptado às novas condições financeiras, demonstra o compromisso com o aumento da formação bruta de capital fixo da economia, o acesso às novas tecnologias e a recuperação da competitividade das empresas.





O programa de depreciação acelerada incentivada de caminhões e vagões foi mantido. A desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre caminhões e bens de capital passou a ser permanente e a redução do IPI para material de construção foi estendida por prazo indeterminado.

Na área de infraestrutura, o programa de concessões nas áreas de aeroportos, rodovias, ferrovias e portos ganha impulso. Depois das licitações dos aeroportos de Brasília/DF, Guarulhos/SP e Campinas/SP, realizadas em 2012, foi a vez em 2013 das licitações dos aeroportos do Galeão (RJ) e Confins (MG). O valor total de outorga dessas duas últimas licitações, as quais fazem parte do Programa de Investimento em Logística (PIL), atingiu R\$ 20,8 bilhões. Os investimentos totais previstos nesses dois aeroportos são da ordem de R\$ 9,2 bilhões durante o prazo das concessões, que é de 25 anos no caso do Galeão e de 30 anos em Confins. Será também fortalecida a aviação regional. Numa primeira fase, serão investidos R\$ 7,3 bilhões em 270 aeroportos regionais, o que promoverá uma maior integração do território nacional, desenvolverá polos regionais, fortalecerá centros de turismo e garantirá acesso a diversas comunidades da Amazônia Legal.

Os leilões de rodovias têm sido um sucesso. Só nos últimos quatro meses de 2013, foram realizados cinco leilões, envolvendo um total de 4.247 km. Os deságios ficaram entre 42,3% e 61,1%, demonstrando o alto grau de atratividade desses investimentos. Os investimentos previstos no programa de concessões de 7 mil km de rodovias e 11 mil km de ferrovias atingirão um total de R\$ 46 bilhões e R\$ 99,6 bilhões, respectivamente. Já os investimentos portuários alcançarão R\$ 54,2 bilhões na ampliação da capacidade e na modernização do sistema e da gestão, reduzindo custos e aumentando a eficiência produtiva do setor. A edição da Lei nº 12.815, em 05 de junho de 2013, introduziu um novo marco regulatório para os portos, o que permitirá a ampliação da oferta de serviços portuários, a redução tarifária e ganhos de eficiência, fundamentais para a superação de gargalos e ampliação dos investimentos privados.

Na área de petróleo, o leilão do Campo de Libra da camada do Pré-sal foi também um sucesso, envolvendo a participação de cinco empresas no consórcio comprador, que arrematou o campo por R\$ 15 bilhões. Projeta-se que, no seu pico de produção, o Campo de Libra gerará 1,4 milhão de barris de petróleo por dia, equivalendo a cerca de 70% da produção diária atual do País. A exploração do Campo de Libra e demais áreas do Pré-sal terá diversos impactos positivos na economia. O mais evidente é sobre a produção de petróleo e derivados, com efeitos benéficos sobre o Produto Interno Bruto (PIB), sobre geração de empregos de qualidade e sobre a balança comercial. Devem ser ressaltados também os impactos sobre investimentos e a produção doméstica de bens e serviços para a exploração do petróleo (devido à exigência de conteúdo nacional), envolvendo plataformas de exploração, barcos de apoio, gasodutos, serviços de engenharia etc. Além disso, no médio e longo prazos, o setor público ampliará sua arrecadação com os *royalties*, o excedente devido à União e o imposto de renda a ser pago pelas empresas petroleiras. O investimento estrangeiro direto deverá se ampliar. No longo prazo, ainda são esperados efeitos sobre o nível de bem-estar e capital humano resultantes da destinação de 50% dos recursos recebidos pelo Fundo Social e da totalidade dos *royalties* para a educação e para a saúde.

Além disso, os Estados agora contam com maior limite de financiamento para investimento em infraestrutura e melhores condições financeiras por meio dos bancos públicos. Em 2013, foi ampliado o limite de financiamento para mobilidade, pavimentação e saneamento, áreas fundamentais para o bem-estar da população.

O Governo Federal tem atuado também para melhorar a competitividade da economia por meio da redução dos custos de produção, com destaque para as ações de desoneração da folha de pagamentos e da redução do custo da energia elétrica. Iniciada em 2011 com três setores, a desoneração foi ampliada para mais 11 setores em 2012. Outros 36 setores foram contemplados em 2013, incluindo construção civil e comércio varejista. A partir de janeiro de 2014, seis novos setores serão incorporados à medida, com ênfase em transportes. No total, a desoneração da folha de pagamentos beneficiará 56 setores da economia em 2014, que são responsáveis por cerca de 30% das exportações totais brasileiras e aproximadamente 40% do emprego celetista no País.





No começo de 2013, as tarifas de energia elétrica foram reduzidas de forma substancial, ficando, em média, 20,2% mais baratas. Houve diminuição para os consumidores residenciais e para os industriais, proporcionando queda de custos para as empresas, aumentando a eficiência e a competitividade da nossa economia, além de contribuir para uma menor inflação em 2013.

Ainda no sentido de reduzir a carga tributária, com ênfase especial nas camadas da população mais desfavorecidas, o Governo procedeu à desoneração tributária dos produtos da cesta básica de consumo, envolvendo carnes, pescados, açúcar, café, manteiga, margarina, óleo de soja e produtos de higiene pessoal.

A política fiscal em 2013 combinou a concessão de importantes estímulos contracíclicos, tanto na tributação quanto nos gastos públicos, com a manutenção da solidez das contas públicas. O cumprimento da meta fiscal em 2013 contribuiu para a trajetória de queda da dívida líquida do setor público, que atingiu 33,9% do PIB em novembro de 2013, ante 35,3% do PIB em dezembro de 2012.

Vale ressaltar que essa redução foi acompanhada da manutenção da tendência de melhora do perfil da Dívida Pública Federal (DPF), tanto em termos de composição, quanto de maturidade. A parcela prefixada da DPF saiu de 40% em dezembro de 2012 para 41,3% em novembro de 2013. No mesmo período, a parcela indexada a índice de preço subiu de 33,9% para 34,4% e a parcela de títulos à taxa flutuante caiu de 21,7% para 19,7%. Já o prazo médio da dívida mobiliária federal passou de 3,97 anos em dezembro de 2012 para 4,27 anos em novembro de 2013. Além disso, a atratividade dos títulos brasileiros continuou expressiva, como mostra o crescimento da parcela de estrangeiros entre os detentores de dívida doméstica, que subiu de 13,7% da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi), em dezembro de 2012, para 16,5% da DPMFi em novembro de 2013.

Do ponto de vista dos gastos, o Governo tem fortalecido as despesas sociais e os investimentos públicos. A negociação com o funcionalismo público permitiu acordar reajustes de salários dos servidores para 2013, 2014 e 2015, dando previsibilidade para os gastos com pessoal para esse período em níveis consistentes com o crescimento do investimento público. Cabe destacar, ainda, que as despesas com pessoal e encargos sociais foram de 4,21% do PIB no acumulado em doze meses até novembro de 2013, menor patamar desde 1997, demonstrando claramente que esse componente da despesa primária do Governo Central encontra-se em trajetória sustentável.

Na área de previdência complementar do servidor público federal, já está em funcionamento a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), a qual reforçará o equilíbrio de longo prazo das contas públicas.

Visando estimular a demanda agregada e se contrapor aos efeitos negativos do agravamento da crise mundial, o Governo promoveu em 2012 a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de automóveis e de móveis, painéis e afins, bem como prorrogou a redução do IPI da linha branca, que havia sido implementada no final de 2011. As medidas tiveram o efeito desejado, como mostra, por exemplo, o crescimento de 9,9% no número de automóveis produzidos em 2013, conforme dados divulgados pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Tendo em vista o desempenho positivo desses setores, as alíquotas estão sendo retomadas, mas de forma gradual, sem prejudicar os setores envolvidos e reforçando a arrecadação tributária.

Em 2013, entrou em vigor o novo regime automotivo, o Inovar-Auto, com o objetivo de estimular a produção, o desenvolvimento tecnológico e a inovação no País e de promover a segurança, a eficiência energética e a proteção ao meio ambiente, além da qualidade dos automóveis, caminhões, ônibus e autopeças. O regime vigorará até dezembro de 2017 e, com um investimento previsto de R\$ 7,7 bilhões, deverá expandir a capacidade de produção de veículos em 525 mil unidades no período.





Apesar das dificuldades do contexto externo, a balança comercial apresentou saldo positivo de US\$ 2,6 bilhões em 2013. O déficit em transações correntes foi de 3,66% do Produto Interno Bruto (PIB), em 2013. A maior parte desse déficit foi financiada pelo ingresso de investimentos estrangeiros diretos, que têm se mantido em níveis elevados, atingindo US\$ 64 bilhões em 2013. As reservas internacionais continuam em patamar elevado, atingindo US\$ 375,8 bilhões no final de 2013 e constituindo-se em pilar fundamental da capacidade da economia brasileira de enfrentar choques externos.

A expectativa para 2014 é de que a taxa de câmbio mais depreciada e o cenário de maior crescimento mundial, com a recuperação das economias europeias e dos Estados Unidos e crescimento ainda elevado da China, contribuam de forma bastante positiva para o desempenho das exportações.

Enquanto muitos países têm por pressuposto que a melhora dos indicadores sociais de sua população é consequência da expansão econômica, o modelo de desenvolvimento brasileiro tem como alicerce a inclusão social, fortalecendo o mercado doméstico e dando sustentabilidade ao crescimento econômico de longo prazo. Entende-se que é dever do Estado criar condições para a inclusão produtiva e social de todos os brasileiros. Nesse contexto, o desenvolvimento econômico brasileiro pode ser observado em suas três dimensões: redução da pobreza, diminuição da desigualdade social e robustez do mercado de trabalho.

No que se refere à redução da pobreza, o Brasil tem dado passos importantes. Em 2011, lançou o desafio da erradicação da extrema pobreza no País com o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), voltado às famílias que vivem com uma renda familiar inferior a R\$ 70 mensais por pessoa.

O BSM articulou e mobilizou esforços em todo o País, fortalecendo o pacto federativo em torno do compromisso de desenvolver ações voltadas para os menos abastados, consubstanciado no fortalecimento do Bolsa Família, o que permitiu a retirada de 22 milhões de brasileiros da extrema pobreza desde o lançamento do Plano. Destaca-se que essa redução se deu em todas as faixas etárias e que 39% das pessoas que saíram da situação de extrema pobreza têm entre zero e 14 anos de idade, o que pode ser explicado pelo advento do Brasil Carinhoso.

No que tange à queda da desigualdade, outro pilar do modelo de desenvolvimento brasileiro, o maior aumento da renda dos grupos mais pobres em relação aos mais ricos foi determinante para que o Índice de Gini caísse de 0,587, em 2002, para 0,526, em 2012.

Ressalta-se que o modelo de crescimento inclusivo brasileiro não favorece apenas a redução das desigualdades de renda, mas tem também o objetivo de reduzir as disparidades de riqueza. Por meio do maior acesso à educação e da elevação patrimonial das famílias mais pobres, o Governo tem tomado ações que dão sustentabilidade ao processo de mobilidade social ascendente em curso no País. Nessa linha, o Programa Minha Casa, Minha Vida subsidia a compra de moradias para os grupos sociais mais carentes, o que não somente contribui para reduzir o déficit habitacional do País como também atua para garantir o patrimônio financeiro para as gerações futuras dessas famílias. Desde 2011, foram contratadas mais de dois milhões de unidades habitacionais, e a previsão é contratar mais 700 mil casas até o final de 2014.

Vale ressaltar que o fortalecimento da rede de proteção social também possibilita a elevação da produtividade do trabalho, haja vista o aumento do nível de escolaridade da população nos últimos anos. Torna-se digno de nota que a proporção da população ocupada com mais de 11 anos de estudo saltou de 28,8% para 47,8% entre 2001 e 2012, o que significa maior disponibilidade de mão de obra qualificada no mercado de trabalho.





Além disso, observa-se que o aumento da renda *per capita* das famílias tem permitido o adiamento da inserção laboral dos mais jovens para que estes possam se dedicar aos estudos, o que é refletido pela diminuição da taxa de atividade entre os grupos de idade entre dez e 17 anos, que passou de 23,3% da população em idade ativa em 2001 para 15,7% em 2012.

Destarte, é perceptível que a elevação da escolaridade dos mais jovens tem propiciado a sua inserção em postos de trabalho com maiores possibilidades de progresso profissional. De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego, em 1996, 17,2% dos admitidos com carteira assinada tinham pelo menos nível médio completo, enquanto em 2013 essa proporção alcançou 60%.

Quanto à oferta de educação profissional, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que envolve investimentos de R\$ 14 bilhões, alcançará a meta de matricular oito milhões de alunos até o final de 2014. O Programa foi criado em outubro de 2011 e 5,5 milhões de jovens e trabalhadores de todo o País já fizeram ou estão fazendo um curso técnico ou de qualificação profissional gratuitamente pelo Pronatec. Vale lembrar ainda que o Pronatec reserva um milhão de vagas para os beneficiários do Brasil Sem Miséria, sendo que mais de 750 mil pessoas do Programa já se inscreveram nos cursos.

Por sua vez, o Programa Ciência sem Fronteiras já concedeu mais de 60 mil bolsas para jovens brasileiros estudarem em universidades estrangeiras com alto padrão acadêmico. Dessas bolsas, 48 mil são para estudantes da graduação. Para atingir a meta de 101 mil bolsas para estudantes e pesquisadores, até 2015 pretende-se enviar um contingente ainda maior de estudantes em 2014.

Em 2012, os investimentos em educação atingiram 6,1% do Produto Interno Bruto (PIB), com o intuito de propiciar a igualdade de oportunidades e aumentar a produtividade da nossa economia. Acerca do tema educação, cabe ressaltar a aprovação pelo Congresso da lei que destina 75% dos recursos dos *royalties* do petróleo para investimentos em educação e 25% para a saúde; a mesma lei também destina 50% do Fundo Social para a educação até que sejam cumpridas as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação. Considerando somente os recursos advindos do Campo de Libra, serão cerca de R\$ 638 bilhões investidos na educação e na saúde nos próximos 35 anos, além de R\$ 368 bilhões que serão acumulados no Fundo Social.

A robustez do mercado de trabalho tem papel-chave como pilar para o crescimento inclusivo e sustentável. A taxa de desemprego brasileira atingiu 4,6% em novembro de 2013, menor patamar da série histórica. Houve também continuidade do crescimento da formalização: foram gerados 1.117.171 empregos celetistas no acumulado do ano, segundo as informações provenientes do Caged. No mesmo sentido, torna-se digna de nota a ampliação da cobertura previdenciária dos trabalhadores autônomos ou por conta própria, que atingiu 74,2% da população ocupada. Esse resultado é reflexo inclusive do sucesso do Microempreendedor Individual, que já formalizou mais de 3,6 milhões de trabalhadores.

Os menores níveis históricos de desemprego são acompanhados por aumentos consistentes da renda real do trabalhador, que cresceu cerca de 2% no acumulado em 12 meses até novembro de 2013. Destaque também para a política de valorização do salário mínimo, que aumentou em mais de 70% o poder de compra de trabalhadores e beneficiários da previdência e assistência social no período entre 2003 e 2013. O novo valor do salário mínimo que passou a vigorar em janeiro de 2014, de R\$ 724, injetará R\$ 28,4 bilhões na economia, segundo estimativa do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese).





O vigor do mercado de trabalho brasileiro e as políticas sociais implementadas pelo Governo têm garantido a continuidade da ascensão de mais pessoas na pirâmide social brasileira, fortalecendo ainda mais nossa economia. A perspectiva é de que a classe C incorporará 15 milhões de pessoas até 2014, atingindo 59% da população, de acordo com as projeções do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Esse enorme potencial de consumo da população é condição fundamental para estimular o aumento da capacidade produtiva do País.

Em síntese, em 2013 foram adotadas medidas e tiveram continuidade políticas públicas que permitiram reforçar, ainda mais, as bases de um crescimento inclusivo e sustentável, com avanços consistentes no bem-estar da população.

